

# AULA VIRTUAL - PROCESSAMENTO ELETRÔNICO EM VARA CRIMINAL - AVPEV

---

Competência técnica: Processamento  
Conhecimentos relacionados: Processamento Eletrônico

## **Objetivo Geral**

Proporcionar aos participantes o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao processamento eletrônico nas Varas Criminais, capacitando-o a aplicá-las no exercício de suas funções com a finalidade de tornar célere a tramitação processual.

## **Objetivos Específicos**

- Exercer todos os atos necessários ao processamento eletrônico para a busca de um judiciário mais ágil.

## **Metodologia e Recursos**

Aulas expositivas, materiais de leitura, sistema DCP e suas ferramentas, estudos de casos, recursos audiovisuais, Microsoft Teams e plataforma moodle.

## **Conteúdo Programático**

- Introdução ao conceito de processo eletrônico.
- Consulta a manuais e vídeos.
- Consulta a informações importantes.
- Cadastro presencial.
- Criação de senha provisória.
- Portal de serviços e distribuição processual.
- Recebimento das petições iniciais.
- Consulta a informações importantes para o processamento eletrônico.
- Vinculação de documentos ao processo eletrônico.
- Guarda de peças que não podem ser digitalizadas.
- Diferença entre processo eletrônico e processo digitalizado.
- Visualizador e movimentação do processo eletrônico.
- Digitalização e impressão em PDF para juntada.
- Juntada de documento vinculado.
- Exportação de processo eletrônico.
- Permissão de acesso a documentos.
- Desentranhamento de documentos.
- Elaboração de índices na árvore de documentos.
- Locais virtuais.
- Intimação eletrônica.

- Manifestações.
- Importância dos atos do Juiz e audiência.
- Remessa de processos eletrônicos.
- Declínio de competência.
- Inclusão de anexos ao processo.
- Carta precatória eletrônica.
- Digitalização e virtualização de processo.
- Organização cartorária.
- Critérios de autuação dos processos criminais.
- Processamento – condições gerais.
- Arquivamento.
- Digitação.

### **Avaliação**

Verificação de aprendizagem aplicada no final do curso em plataforma digital.

### **Bibliografia**

- DELMANTO, Celso. Código Penal Comentado. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- GOMES, Abel Fernandes; Boechenek, Antônio César. Nova Lei Antidrogas: Teoria, Crítica e Comentários à Lei nº. 11.343/2006. Rio de Janeiro: Impetus, 2015.
- GRINOVER, Ada Pellegrini. As Nulidades no processo Penal. 12. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.
- JESUS, Damásio E. de. Código de Processo Penal Anotado. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
- NEGRÃO, Theotonio et al. Código Civil e Legislação Civil Em Vigor. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
- NERY JR, Nelson; ANDRADE, Rosa Maria de. Constituição Federal Comentada e Legislação Constitucional. 6. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.
- NICOLITTI, André. Processo Penal Cautelar. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.
- OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. 21. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.

### **Legislação**

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – atualizada.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código de Penal.
- BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal.

- BRASIL. Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, Dispõe sobre prisão temporária.
- BRASIL. Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).
- BRASIL. Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº. 11.149, de 19 de dezembro de 2006 instituiu regras para a tramitação de processos judiciais em meio eletrônico
- BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas.
- BRASIL. Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências.
- BRASIL. Lei Nº 13.105, de 16 de março de 2015. Institui o Código de Processo Civil, que em seu artigo nº 1.048 dispõe sobre a prioridade de tramitação dos processos judiciais às pessoas que especifica.
- BRASIL. Lei nº 13.793, de 03 de janeiro de 2019, Altera as Leis n os 8.906, de 4 de julho de 1994, 11.419, de 19 de dezembro de 2006, e 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para assegurar a advogados o exame e a obtenção de cópias de atos e documentos de processos e de procedimentos eletrônicos.
- BRASIL. Legislação do Poder Judiciário. Resolução CNJ nº 84/2009, Resolução CNJ nº 59/2008 e Aviso CGJ nº 803/2009. Tratam da alimentação do Banco de Dados do CNJ, referente ao Sistema Nacional de Controle de Interceptações Telefônicas, com as informações que menciona.
- BRASIL. Legislação do Poder Judiciário. Resolução CNJ nº 63/2008, Aviso CGJ nº 61/2009 e Aviso CGJ nº 391/2009. Determinam que sejam cadastrados no Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA) os bens apreendidos que possuam valor econômico, além das armas e substâncias entorpecentes e de uso proscrito, facultado o cadastramento dos demais bens;
- RIO DE JANEIRO (Estado). Legislação do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, atualizada.

### Carga horária

10 horas

Atualização: 22/05/2020	Revisão: 00
-------------------------	-------------